

I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	37.144	39.815
Carteira de Crédito *	221.665	307.552
Depósitos	278.217	319.480
Patrimônio Líquido	99.883	97.909
Capital	55.735	55.422
Resultado Antes das Destinações	24.771	18.684
Rentabilidade do PL	24,80%	19,08%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31/12/2017				V - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM MILHARES DE REAIS)							
II - BALANÇO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)				01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)				01/01/2017 a 31/12/2017		01/01/2016 a 31/12/2016	
ATIVO		PASSIVO									
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2017	31/12/2016	DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2017	31/12/2016	RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO					
CIRCULANTE	470.757	435.879	CIRCULANTE	261.974	216.868	Resultado do semestre/exercício	14.642	20.956	14.642	21.458	
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	4.275	3.634	DEPÓSITOS (NOTA 12)	126.794	91.377	Resultando do semestre/exercício	8.819	18.684	8.819	14.178	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	22.644	5.627	Depósitos à Vista	59.293	46.809	AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.823	2.272	5.823	7.280	
Carteira Própria	22.644	5.627	Depósitos a Prazo	67.501	44.568	Provisão para operações de crédito	4.440	85	4.440	5.802	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	181.276	184.112	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	104.198	100.537	Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.055	1.055	1.055	260	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3	1	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5	-	(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	25	(15)	25	196	
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	4	-	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	104.193	100.537	Depreciação do imobilizado de uso	460	869	460	645	
Correspondentes no País	30	137	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	724	508	Amortização do intangível	447	898	447	552	
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	181.239	183.974	Recursos em Trânsito de Terceiros	724	508	Baixas do ativo permanente	13	17	13	304	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	245.937	227.429	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	3.798	3.809	(Reversão) Provisão para passivos contingentes	218	(68)	218	(98)	
Operações de Crédito	259.981	240.314	Empréstimos País - Outras Instituições	3.798	3.809	Destinações ao FATES	(728)	(728)	(728)	(517)	
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(14.044)	(12.885)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.460	20.637	Dividendos SicrediPar	(107)	159	(107)	136	
OUTROS CRÉDITOS	16.265	13.336	Cobrança e Arrecadação de Tributos	54	26	VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	16.772	(21.594)	16.772	10.018	
Créditos por Avais e Fianças Honorados	33	149	Sociais e Estatutárias	1.421	1.035	(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(553)	(956)	(553)	(529)	
Rendas a Receber	860	918	Fiscais e Previdenciárias	893	826	(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(897)	(17.017)	(897)	(5.627)	
Créditos Específicos	575	523	Diversas (NOTA 15)	24.092	18.750	(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.945	(2)	3.945	-	
Diversos (NOTA 08)	15.558	12.523	NÃO CIRCULANTE	196.820	211.674	(Aumento) Redução em créditos vinculados	1	(4)	1	42	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(761)	(777)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	196.820	211.674	Redução em relações com correspondentes	104	107	104	407	
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	360	1.741	DEPÓSITOS (NOTA 12)	192.686	206.668	(Aumento) em operações de crédito	(48.378)	(31.256)	(48.378)	(45.380)	
Outros Valores e Bens	1.607	1.990	Depósitos a Prazo	192.686	206.668	Aumento em relações interfinanceiras passivas	41.111	2.788	41.111	22.137	
(Provisão para desvalorização)	(1.315)	(260)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	-	872	(Aumento) em outros créditos	(1.803)	(3.112)	(1.803)	(1.421)	
Despesas Antecipadas	68	11	Repasses Interfinanceiros	-	872	(Aumento) Redução em outros valores e bens	(890)	327	(890)	(1.192)	
NÃO CIRCULANTE	85.946	71.068	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	4.134	4.134	Aumento em depósitos	17.004	21.436	17.004	37.789	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	85.946	71.068	Diversas	4.134	4.134	Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	518	216	518	(205)	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.691	735	DEPÓSITOS (NOTA 12)	192.686	206.668	(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(234)	(11)	(234)	(440)	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.691	735	Depósitos a Prazo	192.686	206.668	Absorção de dispêndios pelo FATES	(260)	(449)	(260)	(427)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	61.615	48.952	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	-	872	Aumento em outras obrigações	7.104	6.339	7.104	4.864	
Operações de Crédito	69.967	58.378	Repasses Interfinanceiros	-	872	ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa	31.414	(638)	31.414	31.476	
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.352)	(9.426)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	4.134	4.134	Líquido Proveniente/(Aplicado)	-	-	-	(929)	
OUTROS CRÉDITOS	40	-	Diversas	4.134	4.134	Aquisição de Investimentos	(1.808)	(1.978)	(1.808)	(2.706)	
Diversos (NOTA 08)	41	-	DEPÓSITOS (NOTA 12)	192.686	206.668	Aquisição de Imobilizado de Uso	(605)	(1.026)	(605)	(983)	
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1)	-	Depósitos a Prazo	192.686	206.668	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa	(2.413)	(3.004)	(2.413)	(4.618)	
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	11.572	11.572	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	-	872	Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.010	3.524	2.010	3.359	
Outros Investimentos	11.572	11.572	Repasses Interfinanceiros	-	872	Integralização de capital	(526)	(1.912)	(526)	(1.819)	
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	7.340	6.248	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	4.134	4.134	Baixa de capital	(39)	(39)	(39)	(41)	
Imóveis de Uso	1.802	225	Diversas	4.134	4.134	Juros ao capital próprio	-	(25)	-	(26)	
Outras Imobilizações de Uso	9.133	8.973	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.909	78.405	Distribuição de Sobras	-	-	-	(26)	
(Depreciação acumulada)	(3.595)	(2.950)	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	55.422	46.444	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa	1.445	1.548	1.445	1.473	
INTANGÍVEL (NOTA 11)	3.688	3.561	De Domiciliados no País	55.463	46.494	Líquido Proveniente/(Aplicado)	-	-	-	(929)	
Outros Ativos Intangíveis	7.264	6.239	(Capital a Realizar)	(41)	(50)	Integralização de capital	30.446	(2.094)	30.446	(2.094)	
(Amortização acumulada)	(3.576)	(2.678)	RESERVAS DE SOBRAS	35.929	26.788	Caixa e equivalente de caixa no início do período	155.068	187.608	155.068	159.277	
TOTAL DO ATIVO	556.703	506.947	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	6.558	5.173	Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	185.514	185.514	185.514	187.608	
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	556.703	506.947						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

III - DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS (EM MILHARES DE REAIS)

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.854	7	34.861	70.419	7	70.426	65.641	-	65.641
Operações de Crédito	33.904	7	33.911	68.296	7	68.303	64.922	-	64.922
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	950	-	950	2.123	-	2.123	706	-	706
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	13	-	13
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.209)	(318)	(20.527)	(43.779)	(634)	(44.413)	(51.872)	(435)	(52.307)
Operações de Captação no Mercado	(9.888)	(19)	(9.907)	(23.055)	(33)	(23.088)	(29.196)	(23)	(29.219)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.564)	(299)	(3.863)	(8.025)	(601)	(8.626)	(7.393)	(412)	(7.805)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.757)	-	(6.757)	(12.699)	-	(12.699)	(15.283)	-	(15.283)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.645	(311)	14.334	26.640	(627)	26.013	13.769	(435)	13.334
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.116)	1.571	(6.545)	(11.300)	2.983	(8.317)	(2.621)	2.683	62
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.907	3.993	6.900	5.643	7.459	13.102	5.096	5.794	10.890
Rendas de Tarifas Bancárias	2.501	-	2.501	4.863	-	4.863	4.246	-	4.246
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.603)	(809)	(10.412)	(18.746)	(1.431)	(20.177)	(17.032)	(953)	(17.985)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(7.275)	(1.284)	(8.559)	(13.327)	(2.312)	(15.639)	(11.773)	(1.870)	(13.643)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(26)	(202)	(228)	(106)	(380)	(486)	(85)	(294)	(379)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	9.429	175	9.604	20.863	183	21.046	29.328	350	29.678
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(6.049)	(302)	(6.351)	(10.490)	(536)	(11.026)	(12.401)	(344)	(12.745)
RESULTADO OPERACIONAL	6.529	1.260	7.789	15.340	2.356	17.696	11.148	2.248	13.396
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	707	5	712	981	7	988	776	6	782
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.236	1.265	8.501	16.321	2.363	18.684	11.924	2.254	14.178
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	318	318	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	183	183	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	135	135	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.236	1.583	8.819	16.321	2.363	18.684	11.924	2.254	14.178
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.363	(2.363)	-	2.254	(2.254)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.236	1.583	8.819	18.684	-	18.684	14.178	-	14.178
DESTINAÇÕES	-	-	-	(12.136)	-	(12.136)	(9.005)	-	(9.005)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.267)	-	(3.267)	(2.920)	-	(2.920)
Fates - Estatutário	-	-	-	(728)	-	(728)	(517)	-	(517)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.275)	-	(7.275)	(4.655)	-	(4.655)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(866)	-	(866)	(913)	-	(913)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	6.548	-	6.548	5.173	-	5.173

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	OUTROS RECURSOS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldos no início do período em 01/01/2016	38.778	20.220	-	4.273	63.2

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/05/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades econômicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi. O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura, a partir de uma rede de Centros Centrais Regionais – as Cooperativas de Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Sistema Cooperativo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objetivo prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado e (CPDF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objetivo assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendícios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendícios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta contábil utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Cobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendícios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Roteiro da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendícios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendícios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(52.667)	360	(52.307)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.643)	360	(15.283)
RECEITAS/INSPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	422	(360)	62
Outros Dispendícios e Despesas Administrativas	(13.610)	(33)	(13.643)
Outros Dispendícios e Despesas Operacionais	(12.418)	(327)	(12.745)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 01 de março de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispendícios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispendícios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro-rata dia* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde à Direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de lógicas, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata dia* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às respectivas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	4.275	3.634
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	181.239	183.974
Total	185.514	187.608

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.691	735
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.691	735
Total realizável a longo prazo	1.691	735

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	22.644	5.627
Total circulante	22.644	5.627

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de Crédito	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	133.610	49.912	183.522	159.873
Financiamentos	13.069	20.017	33.086	31.217
Financiamentos rurais e agroindustriais	113.302	38	113.340	107.602
Carteira total	259.981	69.967	329.948	298.692

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017		2016	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e fianças comprados	93	-	93	149
Devedores por honra de valores e bens	35	40	75	135
Títulos e créditos a receber (i)	11.356	1	11.357	8.117
Total	11.484	41	11.525	8.266

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	140.390	183.298	702	916
Nível B	1,00	103.661	53.584	1.092	536
Nível C	3,00	48.204	29.225	1.446	877
Nível D	10,00	23.469	16.067	2.347	1.607
Nível E	30,00	8.996	5.603	2.699	1.681
Nível F	50,00	3.772	3.779	1.886	1.890
Nível G	70,00	1.900	1.143	1.330	800
Nível H	100,00	11.081	14.259	11.081	14.259
Total (i)		341.473	306.958	22.583	22.566

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 575 (2016 - R\$ 522).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	2.209	20.730	30.000	24.053	76.992	62.237
Rural	88	17.675	95.539	38	113.340	107.602
Industrial	989	3.975	2.700	4.379	12.043	16.540
Comércio	1.392	18.272	42.330	17.683	79.677	69.259
Outros Serviços	774	12.006	22.786	23.855	59.421	51.320
Total	5.452	72.658	193.355	70.008	341.473	306.958

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	88.265	13,71	40.035	13,04
50 devedores seguintes	46.806	25,85	81.470	26,54
100 devedores seguintes	60.720	17,78	58.042	18,91
Demais devedores	145.682	42,66	127.411	41,51
Total	341.473	100	306.958	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	23.088	17.090
Constituição de provisão	12.699	15.283
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.152)	(9.285)
Saldo final	13.635	23.088

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, de R\$ 2.178 (2016 - R\$ 2.262), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas reoperações de operações de crédito no montante de R\$ 14.687 (2016 - R\$ 5.330).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	64	68
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.595	1.699
Devedores por compra de valores e bens	95	-
Devedores por depósitos em garantia	1.354	1.695
Impostos e contribuições a compensar	390	339
Títulos e créditos a receber	11.356	8.117
Cotas de consórcio	6	-
Devedores por convênios	63	78
Operações com cartões	37	62
Pendências a regularizar	37	6
Outros	561	459
Total Circulante	15.558	12.523
Devedores por compra de valores e bens	40	-
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	41	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	1.607	1.990
Imóveis	1.607	1.990
Despesas antecipadas	68	11
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.315)	(260)
Total Circulante	360	1.741

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 1.315 (2016 - R\$ 260) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por

um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	5.651	5.651
Sicredi Participações S.A.	5.920	5.920
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	11.572	11.572

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.920.703 ON	1.920.703 ON	1	1	5.651.607	5.651.607
	3.998.904 PN	3.998.904 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Participação de	0,68%	0,68%	0,61%	0,63%	1,61%	1,61%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.790	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965		

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.684	14.178
IRPJ e CSLL (aliquotas fiscais)	(7.847)	(5.955)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	37	3
Provisão PPR	40	11
Receita com atos cooperativos	6.855	5.008
Juros sobre capital próprio	1.372	1.226
Outros	(457)	(293)
Subtotal	7.847	5.955
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas
A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	1.691	735
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	22.644	5.627
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	181.239	183.974
Outros Créditos - Rendas a Receber (Nota 1)	674	558
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.605	1.750
Investimentos (Nota 10)	11.572	11.572
Intangível (Nota 11)	3.688	3.561
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	104.193	101.409
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	3.798	3.809
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	10.852	7.525
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	4.382	4.559
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.123	706
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.721	3.880
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	17.418	24.139
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	2.040	664
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	8.626	7.805
Outros Dispersões e Despesas Administrativas (Nota 21)	632	576
Outros Dispersões e Despesas Operacionais (Nota 23)	6.323	5.183

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captação de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	157	0,26%	155
Depósitos a prazo	5.021	1,93%	4.772
Operações de crédito	1.275	0,39%	1.109

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas-chave da administração

Pessoas-chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas-chave da administração	2.211	2.072

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
		(Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	345	350
Despesa de aluguel	1.772	1.501
Despesa de comunicação	887	863
Despesa de manutenção e conservação	931	712
Despesa de material	293	271
Despesa processamento dados	247	211
Despesa de promoções e relações públicas	1.008	899
Despesa de propaganda e publicidade	197	159
Despesa de seguro	26	8
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.793	2.482
Despesa de serviços de terceiros	1.202	951
Despesa de serviços de vigilância e segurança	767	666
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.047	965
Despesa de serviços de transportes	778	676
Despesa de viagem	351	88
Outras despesas administrativas	2.995	2.841
Total	15.639	13.643

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	883	1.014
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	16.897	23.266
Reversão de provisões operacionais	2.546	4.287
Outras rendas operacionais	720	1.111
Total	21.046	29.678

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
		(Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	427	1.119
Contribuição O.C.E.	91	86
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	244	227
Contribuição Confederação Sicredi	4.037	3.176
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	492	503
Encargos da administração financeira	95	130
Repasso administradora de Cartões	418	443
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	898	558
Outras provisões operacionais	2.947	4.908
Outras despesas operacionais	1.377	1.595
Total	11.026	12.745

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	76.680	73.883
Coobrigações em cessões de crédito	358	487
Total	77.038	74.370

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finaime e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de risco prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordeos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;
- I - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

II - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente negociado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema. Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASELEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	98.025	80.452
Nível I (NI)	95.396	76.804
Capital principal - CP	95.396	76.804
Capital social	55.422	46.444
Reservas de capital	35.929	26.788
Lucros acumulados	6.558	5.173
Ajustes Prudenciais	(2.513)	(1.601)
Nível II (NII)	2.629	3.648
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	2.629	3.648
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	479.454	430.343
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	572	391
Margem de Capital (I)	47.110	37.564
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,45%	18,69%
Situação de Imobilização (Imob)	8,51%	8,21%
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,69%	10,20%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

<p>Vidolmar Luiz Pazinato Diretor Executivo CPF: 472.940.270-72</p> <p>Valdeci Nardi Diretor de Operações CPF: 487.700.430-00</p> <p>Solange Leidamer Contadora CRC: RS: 069079/O-2 CPF: 619.885.880-49</p>
--

VII - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Passo Fundo / RS, 01 de março de 2018.
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Leandro Ceolin Conselheiro	Saul Novello Conselheiro	Rudimar da Rosa Conselheiro
-------------------------------	-----------------------------	--------------------------------

VIII - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da **Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC**
Passo Fundo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Integração de Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Sicredi Integração de Estados RS/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2018



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6